



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - 2025

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>Demandas Judiciais</b> - Ações judiciais em andamento, ainda sem decisão.	108.833.555	Transferências de saldos de dotações, cancelamento de empenhos de investimentos e utilização da Reserva de Contingência.	108.833.555
<b>Dívidas em processo de reconhecimento</b> - Dívidas não assumidas formalmente.	40.070.927	Transferências de saldos de dotações, cancelamento de empenhos de investimentos e utilização da Reserva de Contingência.	40.070.927
<b>Assistências Diversas</b> - Despesas com objetivo de fazer frente a calamidades públicas. (auxílio habitacional)	1.080.000	Transferências de saldos de dotações, cancelamento de empenhos de investimentos e utilização da Reserva de Contingência.	1.080.000
<b>Outros passivos contingentes</b>	23.247.475	Transferências de saldos de dotações, cancelamento de empenhos de investimentos e utilização da Reserva de Contingência.	23.247.475
<b>SUBTOTAL</b>	<b>173.231.956</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>173.231.956</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>Frustração de Arrecadação</b> - Queda na arrecadação (IPTU, ISSQN, ITBI, TAXAS, Repasse ICMS e Dívida Ativa).	27.468.296	O Município deverá aplicar o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/00, quanto a limitação de empenhos, até que se obtenha o equilíbrio financeiro e orçamentário necessário e a utilização da Reserva de Contingências.	27.468.296
<b>Restituição de Tributos a Maior</b> - IPTU, ISSQN, ITBI e TAXAS.	50.000		50.000
<b>Discrepância de Projeções</b> - Despesas com juros e amortização de dívidas orçadas a menor e não orçadas.	1.500.000		1.500.000
<b>SUBTOTAL</b>	<b>29.018.296</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>29.018.296</b>
<b>TOTAL</b>	<b>202.250.252</b>	<b>TOTAL</b>	<b>202.250.252</b>

Fonte: Dados fornecidos pela Subsecretaria de Tributos da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de São Gonçalo, Secretaria Municipal de Assistência Social e Procuradoria Geral do Município respectivamente através do Processo SEI nº 04.01817/2024-7, 04.00549/2024-7 e do ofício nº 001/PGM/GAB/2024.